

# Vitória entra com ação pelo dinheiro do Fundap

ANTONIO COSME — 15/10/2015

**Prefeitura quer ser indenizada por perda de R\$ 1 bilhão com a redução da alíquota. Outras cidades podem fazer parte dessa ação**

Dayane Freitas

A Prefeitura de Vitória quer ser indenizada pela União e recuperar a perda de cerca de R\$ 1 bilhão que teve nos últimos anos com a redução de 12% para 4% na alíquota do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap).

A administração municipal protocolou na quinta-feira ação na Justiça Federal contra a União, dias depois da delação do ex-diretor da Odebrecht, Claudio Melo Filho, na Operação Lava a Jato.

O ex-executivo revelou que a empresa teria pago cerca de R\$ 4 milhões a senadores para garantir a aprovação de resolução do Senado que reduzia e uniformizava a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em operações de comércio exterior. A declaração ainda será homologada pela Justiça.

O prefeito da capital, Luciano Rezende, disse que a ação busca reparar danos sociais causados pe-

lo corte do incentivo fiscal, sem uma transição que desse alternativas à perda de arrecadação.

“Não se discute se poderia ter sido ou não feita a mudança no Fundap. O que ficou absolutamente demonstrado é que deveria ter havido uma regra de transição de alguns anos para que a cidade pudesse mudar sua matriz arrecadatória, buscando outras fontes de renda”, ressaltou Luciano.

Segundo ele, se houvesse uma transição entre cinco e dez anos, o município atravessaria o momento com mais tranquilidade. “Imagine o que foi prestar serviços nas 40 unidades de saúde da cidade, nas 104 escolas, oferecer segurança, limpeza urbana e iluminação com queda de recursos da ordem de R\$ 1 bilhão?”, questionou.

O prefeito comentou a possibilidade de que a sessão do Senado que aprovou a resolução seja anulada. “Agora tem a suspeita muito forte de que a votação foi feita para beneficiar uma empresa que tem um porto em Santos (SP). Isso é inadmissível”, disse Luciano.

Apesar do prejuízo ser estimado em R\$ 1 bilhão pela prefeitura, não quer dizer que o valor de indenização será esse. O procurador geral do município, Rubem Francisco de Jesus, informou que se a prefeitura vencer a ação, na fase de execução o valor será definido pelo juiz, após perícia contábil. Ele esti-



**LUCIANO** disse que faltou transição para compensar perda de receita

mou que o processo deve durar cerca de dois anos.

Segundo Rubem, outras prefeituras prejudicadas e o Estado po-

derão entrar na ação de Vitória na condição de “amicus curiae” (expressão em latim que designa entidades interessadas na causa).

## ENTENDA

### Ação na Justiça

> **À PREFEITURA DE VITÓRIA** entrou com ação na Justiça Federal para ser indenizada pela União e recuperar a perda de cerca de R\$ 1 bilhão que teve nos últimos anos com a re-

ANTONIO COSME — 09/09/2016



**OPERAÇÃO** em porto: prejuízos

dução de 12% para 4% da alíquota do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap).

### Delação

> **SEGUNDO A PREFEITURA**, a ação estava pronta desde 2015, mas com a delação do ex-diretor da Odebrecht, Claudio Melo Filho, na Operação Lava a Jato, a administração municipal resolveu entrar agora com a medida.

> **O EX-EXECUTIVO REVELOU** que a empresa teria pago cerca de R\$ 4 milhões a senadores para garantir a aprovação da resolução do Senado que reduzia e uniformizava a alíquota do Imposto sobre Circulação de

Mercadorias e Serviços (ICMS) em operações de comércio exterior.

> **AS PERDAS DE 2013 EM VITÓRIA**, quando a resolução entrou em vigor, e este ano, são de R\$ 323,3 milhões.

### O que é o Fundap?

> **O FUNDAP FOI CRIADO EM 1970** para promover o incremento das exportações e importações pelo Espírito Santo.

> **FOI UM INCENTIVO FINANCEIRO** para apoiar as empresas com sede no Estado, e que realizavam operações de comércio exterior tributadas pelo ICMS, desde que a nacionalização da mercadoria fosse no Estado.

> **SOBRE AS MERCADORIAS** que chegavam de outros países aos portos do Estado era cobrado ICMS de 12%, sendo que 3% iam para os municípios, 1% para o Estado e 8% eram devolvidos às empresas que operavam o Fundap.

### Redução

> **O INCENTIVO ATRAIU** muitas empresas para o Estado, mas, com a resolução 13/2012 aprovada pelo Senado, a Prefeitura de Vitória estima que cerca de 200 empresas fundapeanas foram extintas.

Fonte: Prefeitura de Vitória e pesquisa AT.